

V SIANCO



## SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ANÁLISE COGNITIVA 15 a 19 de setembro de 2025

**Temática: O campo multirreferencial da Análise Cognitiva: Tendências e desafios na atuação profissional**

Organização **Programa de Pós-Graduação em Difusão do Conhecimento**



### ARTIGO CIENTÍFICO

#### EIXO TEMÁTICO: Cultura e interseccionalidade

#### **Relação do Ser Mulher X Trabalho: capitalismo, colonialidade, identidade e etnoempreendedorismo feminino**

Tânia Ferreira dos Santos Bomfim<sup>1</sup>  
Urânia Auxiliadora Santos Maia de Oliveira<sup>2</sup>  
Felipe Rodrigues Bomfim<sup>3</sup>  
Kalid Diallo Ferreira dos Santos Bomfim<sup>4</sup>

### INTRODUÇÃO

Este artigo é parte do desdobramento do trabalho de investigação proposto no Programa de Pós-graduação em Difusão do Conhecimento (PPDC/UFBA), que se encontra em curso e que objetiva discutir a relação entre trabalho, gênero e capitalismo a partir de uma perspectiva crítica e decolonial, enfatizando a experiência das mulheres negras no campo do etnoempreendedorismo. Analisar tais práticas a partir da perspectiva da Análise Cognitiva significa reconhecer que o trabalho não se restringe ao âmbito econômico, mas constitui também um campo simbólico de produção de significados, representações sociais e epistemologias insurgentes. Nesse sentido, a articulação entre a Teoria das Representações Sociais (TRS) e as Epistemologias do Sul fornece um aporte fundamental para compreender como mulheres negras elaboram universos cognitivos plurais, mobilizando memória, ancestralidade e solidariedade como formas de enfrentamento à colonialidade.

<sup>1</sup> Universidade do Estado da Bahia. Campus XIX/Camaçari. E-mail: [tbomfim@uneb.br](mailto:tbomfim@uneb.br)

<sup>2</sup> Universidade Federal da Bahia – Faculdade de Educação. E-mail: [uraniamaia@gmail.com](mailto:uraniamaia@gmail.com)

<sup>3</sup> Universidade do Estado da Bahia. Campus I/Salvador. E-mail: [fbomfim@uneb.br](mailto:fbomfim@uneb.br)

<sup>4</sup> Universidade Federal do Recôncavo Baiano. E-mail: [kalidbomfim.adv@gmail.com](mailto:kalidbomfim.adv@gmail.com)

O objetivo deste artigo é, portanto, discutir o etnoempreendedorismo de mulheres negras enquanto prática social e cognitiva, destacando sua relevância para os debates contemporâneos sobre cultura, interseccionalidade e multirreferencialidade. Este estudo foi desenvolvido com sustentação teórico-metodológica na abordagem qualitativa, de natureza aplicada e do ponto de vista de seus objetivos visamos uma pesquisa descritiva. A análise destaca, inicialmente, como a dicotomia público/privado se consolidou como instrumento de exclusão, invisibilizando a atuação feminina e naturalizando hierarquias sociais para analisar práticas de etnoempreendedorismo feminino negro, nas quais o trabalho é ressignificado como espaço de resistência, identidade e pertencimento comunitário, tensionando a contradição entre valor de uso e valor de troca. Por fim, examina políticas públicas e iniciativas coletivas, identificando tanto avanços normativos quanto limites estruturais.

## METODOLOGIA

A pesquisa adotará abordagem qualitativa, articulando a Teoria das Representações Sociais (TRS) e as Epistemologias do Sul, com o objetivo de compreender as experiências e práticas de etnoempreendedorismo feminino negro. A TRS permite captar narrativas cotidianas, mostrando como as mulheres transformam experiências de subalternidade em resistência e inovação social, enquanto as Epistemologias do Sul valorizam saberes locais e comunitários, reconhecendo a legitimidade das vozes subalternas. Essa combinação também supera a antinomia entre posicionalidade e objetividade, como observa Leroux *et al.* (2022), ao evidenciar que o rigor científico não deve ocultar vieses e a questão da representatividade no conhecimento produzido.

## TRABALHO, GÊNERO E CAPITALISMO

Toda construção social emerge de processos históricos singulares, em constante diálogo entre realidade objetiva e aspirações coletivas. Embora não linear, a história mostra que o trabalho constitui eixo estruturante da modernidade, articulando consumo, produção e formas de sociabilidade. O trabalho manifesta-se como uma expressão do materialismo dialético, no qual a incorporação de novas práticas culturais, políticas e econômicas opera como força motriz da transformação

social, conduzindo, em última instância, ao desenvolvimento das estruturas econômicas e das políticas sociais (Bomfim et. al., 2024, p. 7).

No capitalismo, o trabalho se tornou mecanismo central de satisfação das necessidades humanas, desde a subsistência até a autorrealização. Se a necessidade é, em sumo, a privação de certas satisfações, é possível escaloná-la conforme níveis de alcance, sendo: necessidades fisiológicas (subsistência física); necessidade de segurança (proteção/estabilidade); necessidade de afiliação (pertencimento); necessidades de estima (autoconfiança/aprovação social); e necessidades de autorrealização – a busca de autonomia/independência para ser tudo o que pode ser (Maslow, 1943).

Nesse contexto, a mulher não apenas sofre a redução de sua humanidade ao papel de destinatária da vontade masculina, mas vê corroída a própria ideia de cidadania substantiva. É ter um destino imposto que a impede de ser tudo aquilo que potencialmente poderia ser. Essa exclusão produziu não apenas invisibilidade política e jurídica, mas também reduziu a mulher à condição de dependência e submissão, subtraindo sua autonomia e impedindo-a de projetar-se como sujeito pleno. A desigualdade de gênero, portanto, não é mero dado estatístico, mas experiência concreta de viver sob tutela.

Nesse cenário, compreender o etnoempreendedorismo feminino negro exige mais do que uma leitura econômica. Configura-se ao examinar como mulheres negras constroem trajetórias de resistência e inovação em meio às contradições da divisão sexual e racial do trabalho. O desafio é identificar tanto as barreiras impostas pela cultura patriarcal quanto as rupturas promovidas por práticas coletivas de geração de renda, solidariedade e pertencimento, predominantemente ligada ao imperativo da necessidade.

O primeiro problema lógico da relação mulher-trabalho está na contradição entre a obstinação histórica da participação feminina na produção – para prover suas necessidades sem depender – e a persistência de estruturas sociais que insistem em relegar a mulher — especialmente a mulher negra — a papéis subordinados. É justamente nessa contradição que emergem práticas de etnoempreendedorismo como formas de resistência e reinvenção do trabalho.

O arquétipo social difundido no sistema-mundo, desde o século XV, foi construído por dicotomias que legitimavam a dominação e hierarquizavam os sujeitos, naturalizando desigualdades e invisibilizando experiências dissidentes (Quijano, 2005). A dicotomia entre público e privado, frequentemente apresentada como natural, deve ser entendida como produto da colonialidade. Significa dizer que a estrutura de poder e dominação global instalada durante a colonização europeia perdura até hoje, atravessando dimensões do poder, do saber e do ser nas sociedades, firmando arranjo econômico, explorador e cultural que privilegia a elite masculina branca (Quijano, 2005).

Na historiografia brasileira que se aproxima às experiências americanas, mulheres indígenas e negras foram relegadas ao espaço reprodutivo e doméstico, sob a imposição da moralidade cristã e controle patriarcal, enquanto homens brancos monopolizavam o espaço público e político. A separação histórica entre funções atribuídas a homens e mulheres se construiu, assim, de forma racializada: às mulheres negras cabia a exploração no âmbito privado e invisível (mulher guerreira); às mulheres brancas, a proteção idealizada de uma feminilidade restrita às elites – mulher tradicional (Lugones, 2008).

Assim, no contexto de colonialidade, a intervenção de Sojourner Truth em 1851 marca um divisor histórico ao denunciar a falsidade do universalismo da categoria mulher. Ao questionar “*Ain’t I a Woman?*”<sup>5</sup>, Truth revela que a fragilidade atribuída ao feminino era privilégio racial, negado às mulheres negras que sempre trabalharam sob exploração física e sexual, resistiram e sofreram castigos tão intensamente quanto os homens, sem jamais ter recebido a proteção atribuída às mulheres brancas. A decolonialidade, nesse sentido, surge como atitude crítica e projeto político-epistêmico voltado à transformação e superação dessa herança colonial, buscando, além da igualdade de direitos, libertar saberes e subjetividades subalternizadas.

É contra esse silenciamento que mulheres negras mobilizam estratégias intelectuais e políticas para resistir a múltiplos sistemas de dominação. Autoras como Djamila Ribeiro e Sueli Carneiro emergem nesse contexto, denunciando a marginalização histórica das mulheres racializadas e propondo um feminismo

---

<sup>5</sup> TRUTH, Sojourner. *E não sou uma mulher?*. Tradução de Osmundo Pinho.

enraizado na interseccionalidade e na decolonialidade. Nesse processo, consolida-se uma identidade política e epistêmica distinta, capaz de desafiar tanto o feminismo hegemônico quanto a invisibilização dentro do próprio movimento negro (Weiss e Bueno, 2024).

Como observa Carneiro (2003), a universalização da “experiência feminina” constitui um equívoco, pois negligencia as especificidades das mulheres negras e pobres, cujas histórias revelam formas próprias de opressão e resistência. Identidade, portanto, não pode ser pensada como essência estável, mas como construção relacional situada em contextos interseccionais de poder. Para as mulheres negras, essa identidade expressa um lugar histórico singular, atravessado por exploração, resistência e produção de saberes.

No âmbito do etnoempreendedorismo, isso implica compreender o trabalho não apenas como meio de sobrevivência, mas como espaço de afirmação identitária, pertencimento comunitário e reinvenção das categorias de cidadania e dignidade.

O vínculo entre ser mulher e trabalho sempre esteve marcado por relações de desigualdade, mas também por estratégias criativas de sobrevivência e resistência. Para as mulheres negras, essa relação assume contornos específicos, uma vez que sua inserção produtiva foi historicamente atravessada pela escravidão, pelo trabalho doméstico precarizado e pela marginalização nos espaços formais de poder. Ainda assim, é justamente a partir dessas experiências que emergem formas próprias de organização econômica, nas quais o empreendedorismo não se reduz a atividade mercantil, mas se torna prática de afirmação identitária, fortalecimento comunitário e resistência cultural.

É nesse cenário que se inscrevem as práticas de empreendedorismo feminino negro, que articulam ancestralidade, solidariedade e inovação social. Mais do que gerar renda, essas práticas produzem sentidos coletivos e reconfiguram a própria noção de trabalho, deslocando-o de um lugar de submissão (subordinação jurídica e econômica) para um espaço de empoderamento e protagonismo.

A análise desse fenômeno exige, portanto, um olhar que una teoria e prática: de um lado, o aporte da Teoria das Representações Sociais (TRS) em diálogo com a perspectiva de Santos (2014) sobre epistemologias produzidas no Sul Global; de

outro, a reflexão sobre o papel das políticas públicas e iniciativas coletivas no fortalecimento dessas experiências.

Essa abordagem permite compreender o etnoempreendedorismo feminino negro para além da prática econômica de sobrevivência, apresenta-se como campo de produção de sentidos coletivos que expressam resistência, identidade e justiça cognitiva. É dizer: as mulheres negras não apenas participam da economia de forma marginal ou auxiliar, mas constroem representações próprias de sua atuação produtiva, situando o trabalho como ato de resistência cultural e política.

A TRS contribui para revelar como as narrativas cotidianas de luta e guerreirismo são transformadas em categorias de ação, permitindo a essas mulheres ressignificar posições de subalternidade e construir formas inovadoras de resistência social e econômica. Isso implica reconhecer o empreendedorismo como passo decisivo para reposicionar a mulher negra como sujeito histórico, intelectual e econômico, promovendo autonomia financeira, reconhecimento profissional e valorização de sua cultura e saberes.

Outro eixo central refere-se à inserção produtiva em nichos específicos, geralmente ligados à cultura afro-brasileira, à economia popular e turismo territorial, ao artesanato, à gastronomia, ao comércio de subsistência e a serviços de cuidado. Nesses setores, as relações de gênero, raça e classe não apenas determinam desigualdades, mas também configuram espaços de criatividade, inovação e resistência. A contradição é evidente: ao mesmo tempo em que a mulher negra assume o papel de provedora e acumula funções – reforçando a imagem da guerreira – permanece limitada pela fragilidade de políticas inclusivas que reconheçam sua condição.

Emerge, então, outra tensão estrutural que atravessa o etnoempreendedorismo feminino: de um lado, o valor de uso, expresso no trabalho concreto que essas mulheres realizam ao produzir bens e serviços voltados à satisfação direta de necessidades comunitárias e familiares; de outro, o valor de troca, que subordina esse trabalho ao mercado e o reduz a mercadoria, desvalorizada pela lógica capitalista (Marx, 2013). Essa contradição entre trabalho concreto e trabalho abstrato demonstra que, mesmo quando as mulheres negras desenvolvem formas de produção ligadas ao cuidado, à gastronomia, ao artesanato

ou a práticas culturais e territoriais, seu esforço é capturado pela lógica mercantil, que o converte em trocas desiguais, marcadas por preços aviltados e pela invisibilidade social.

No caso do etnoempreendedorismo feminino em periferias brasileiras, a lógica da necessidade persiste de forma ainda mais acentuada. Aqui, redes comunitárias, saberes tradicionais e solidariedades locais constituem importantes recursos de resistência e identidade, mas também são apropriados pelo mercado, que transforma práticas culturais em mercadorias de baixo valor. Enquanto o empreendedorismo étnico de imigrantes pôde se expandir em determinados contextos, as mulheres negras brasileiras seguem enfrentando barreiras estruturais interseccionais que limitam a transformação de suas iniciativas em reais trajetórias de mobilidade social.

Nesse sentido, o etnoempreendedorismo feminino expressa uma dialética de resistência e exploração: se, por um lado, o valor de uso dos produtos e serviços criados preserva práticas ancestrais, memórias coletivas e solidariedades comunitárias, constituindo-se como espaço de autonomia simbólica e identitária; por outro, o valor de troca, imposto pela lógica capitalista, mantém a renda obtida em níveis baixos e instáveis, limitando as possibilidades de mobilidade social e de acúmulo, ainda que neste quadro a mulher detenha a força de trabalho e os meios de produção

Esse tensionamento expõe a urgência de políticas públicas e iniciativas coletivas que reconheçam o etnoempreendedorismo não como “informalidade a ser corrigida”, mas como prática insurgente capaz de reconfigurar espaços de produção e circulação de riqueza em bases decoloniais. O horizonte de mobilidade social, vendido como promessa meritocrática, mostra-se profundamente limitado para as classes subalternas, que vivem imersas na informalidade, na instabilidade e na constante insegurança econômica. Projetar uma trajetória empreendedora sólida e sustentável torna-se, portanto, não apenas difícil, mas um luxo impensável diante da precariedade estrutural que conforma as escolhas possíveis no presente.

De acordo com informações da pesquisa GEM (Global Entrepreneurship Monitor), realizada no Brasil entre 2017 e 2020 e divulgada pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) em 2022, 82% das brasileiras

afirmam que começaram a empreender para escapar do desemprego, evidenciando que, para grande parte das mulheres, empreender não é fruto de oportunidade planejada – está bem preparada para agir perante uma chance de mercado –, mas uma estratégia de sobrevivência diante da exclusão estrutural do mercado formal de trabalho. O estudo apontou que, embora o país possua uma das maiores taxas de empreendedorismo do mundo, a trajetória das mulheres empreendedoras permanece marcada por descontinuidade e vulnerabilidade.

Esse quadro torna-se ainda mais evidente quando observados os dados mais recentes. O relatório (BRASIL; PNUD, 2024) mostra que, ao fim do primeiro quadrimestre daquele ano, o Brasil contava com 21,7 milhões de empresas ativas, das quais 12,1 milhões eram microempreendedores individuais (MEI), revelando a predominância de negócios de pequeno porte e baixa capacidade de acumulação. Dentro desse universo, verifica-se que 50% das mulheres negras empreendem por necessidade, frente a 35% das mulheres brancas; apenas 24% de seus negócios são formalizados, contra 41% no caso das brancas; e a diferença média de rendimento chega a 32%, com ganhos de R\$ 1.852 contra R\$ 2.706, respectivamente

Além disso, 59% das mulheres negras dedicam menos de 40 horas semanais a seus negócios, em razão da sobrecarga de responsabilidades domésticas e comunitárias, o que limita a sustentabilidade e a expansão de seus empreendimentos. Tais dados demonstram que, se por um lado o empreendedorismo feminino cresce em números absolutos, por outro ele se mantém atravessado pela estruturas coloniais de poder descritas por Quijano (2005) e pela precarização estrutural, especialmente no caso das mulheres negras, cujas práticas empreendedoras são muitas vezes expressão de resistência e sobrevivência em territórios marcados pela exclusão (BRASIL; PNUD, 2024).

Nesse horizonte, o empreendedorismo feminino racializado deixa de ser compreendido como adaptação precária ao mercado e passa a ser lido como produção de mundos alternativos, ancorados em saberes insurgentes. Mulheres negras, periféricas, indígenas e quilombolas transformam práticas coletivas e memórias ancestrais (práticas territorializadas) em formas de resistência e empreendedorismo que conectam economia e identidades.

Como ressalta Grosfoguel (2016), não há descolonização sem a abertura a uma pluriversalidade epistêmica que reconheça os conhecimentos produzidos nos corpos racializados, generificados e territorializados. Assim, compreender a experiência das mulheres negras como objeto desta pesquisa significa visibilizar como epistemologias insurgentes se corporificam no cotidiano do etnoempreendedorismo, fazendo do ato de empreender uma prática de resistência, memória e (re) invenção social.

## POLÍTICAS PÚBLICAS E INICIATIVAS DE FORTALECIMENTO DO ETNOEMPREENDEDORISMO FEMININO

As políticas públicas de gênero no Brasil trouxeram avanços institucionais relevantes, como os Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres (2004, 2008, 2013-2015), o PRONAF Mulher e a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT, 2007). Esses marcos ampliaram a visibilidade das pautas de gênero e reconheceram práticas econômicas vinculadas à ancestralidade e ao território. No entanto, revelaram limites estruturais: a adoção de uma concepção universalista de “mulher” ignorou interseccionalidades de raça, classe e território, secundarizando demandas de negras, indígenas e periféricas.

A Estratégia Nacional de Empreendedorismo Feminino – Elas Empreendem (2024) e o programa Brasil pra Elas representam tentativas recentes de institucionalizar o empreendedorismo feminino por meio de educação empreendedora, crédito e redes de apoio. Contudo, também incorrem no risco de invisibilizar especificidades históricas e territoriais, ao priorizar parâmetros empresariais alinhados à lógica meritocrática e mercadológica. Iniciativas privadas e em parceria, como o Prêmio Sebrae Mulher de Negócios, a Caixa Pra Elas e a Rede Mulher Empreendedora, reforçam esse movimento: ampliam visibilidade e formalização, mas tendem a privilegiar trajetórias escaláveis e digitalizadas, distantes da realidade da economia popular em que atuam muitas mulheres negras.

Dados recentes confirmam esse descompasso: das 183 iniciativas mapeadas no Brasil, apenas 17% tiveram foco em mulheres negras e 6% em indígenas (BRASIL; PNUD, 2024). Assim, embora haja avanços normativos, as políticas

seguem reproduzindo vieses universalistas, deixando em segundo plano as desigualdades interseccionais.

Nesse contexto, o fortalecimento do etnoempreendedorismo feminino negro exige mais do que integração ao mercado: implica reconhecer saberes situados, práticas comunitárias e economias de sobrevivência baseadas em ancestralidade, solidariedade e resistência cultural. Enquanto o Estado opera de modo homogeneizante, iniciativas coletivas lideradas por mulheres negras revelam caminhos de resistência que tensionam a colonialidade do poder e propõem alternativas de cidadania e justiça social.

## CONCLUSÃO

O estudo ora apresentado está longe de esgotar a questão das mulheres negras empreendedoras, contudo alcança seus objetivos preliminares de trazer uma reflexão sobre a problemática que norteia a pesquisa a relação entre trabalho, gênero e capitalismo a partir de uma perspectiva crítica e decolonial, enfatizando a experiência das mulheres negras no campo do etnoempreendedorismo.

Em termos teórico-políticos, significa avançar de uma igualdade formal e universalista para uma cidadania substantiva, capaz de enfrentar o racismo estrutural e de valorizar os saberes situados que sustentam a vida (Santos, 2014). É nessa chave que o desenvolvimento da pesquisa aprofunda a análise empírico-interpretativa sobre a Rede EMUNDE e suas parceiras, examinando como representações sociais e práticas econômicas de sobrevivência se articulam para produzir autonomia, reconhecimento e justiça cognitiva no cotidiano do etnoempreendedorismo feminino negro.

Conclui-se, portanto, que fortalecer o etnoempreendedorismo feminino negro requer mais do que expandir crédito e formalização: exige políticas interseccionais e territorializadas, coproduzidas com os sujeitos coletivos, que reconheçam formas diversas de propriedade, produção e circulação de riqueza; arranjos de assessoria técnica continuada; e mecanismos públicos de compra, fomento e proteção social sintonizados com economias comunitárias.

## REFERÊNCIAS

- BOMFIM, K. D. F. dos S.; BOMFIM, T. F. dos S.; OLIVEIRA, U. A. S. M. de; BOMFIM, F. R.; SANTOS, T. L. de O.; BOMFIM, Y. S. F. dos S. Programas de compliance trabalhista e esocial: a conformidade do emprego. **Contribuciones A Las Ciencias Sociales**, [S. l.], v. 17, n. 13, p. e13720, 2024. DOI: [10.55905/revconv.17n.13-267](https://doi.org/10.55905/revconv.17n.13-267).
- CARNEIRO, S. **Mulheres em movimento**. Estudos Avançados, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 117-132, 2003.
- CRENSHAW, K. Documento para o Encontro de Especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. Tradução de Liane Schneider. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.
- GROSFUGUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 25-49, jan./abr. 2016. DOI: [10.1590/S0102-69922016000100003](https://doi.org/10.1590/S0102-69922016000100003).
- LEROUX, R., MARTIN, T., & TURNER, S. (Orgs.). **The Future of Sociology: Ideology or Objective Social Science?**. 1 ed. Routledge, 2022. DOI: [10.4324/9781003193517](https://doi.org/10.4324/9781003193517).
- LUGONES, M. Colonialidad y género. **Tabula Rasa**, Bogotá, n. 9, p. 73-101, jul./dez. 2008.
- MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. Tradução de Rubens Enderle. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 113-162. (Coleção Marx-Engels).
- MASLOW, A. H. (1943a). A Theory of Human Motivation. **Psychological Review**, n. 50, 371p. DOI: [10.1037/h0054346](https://doi.org/10.1037/h0054346).
- QUIJANO, A. **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005.
- SANTOS, B. de S.; MENESES, M. P. (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2014.
- SEBRAE. **GEM revela que mais de 93 milhões de brasileiros estão envolvidos com o empreendedorismo**. Agência Sebrae de Notícias – Piauí, 12 maio 2023; atualização 10 maio 2023. Disponível em: <https://pi.agenciasebrae.com.br/dados/gem-revela-que-mais-de-93-milhoes-de-brasileiros-estao-envolvidos-com-o-empendedorismo/>. Acesso em: 3 set 2025.
- TRUTH, S. **E não sou uma mulher?**. Tradução de Osmundo Pinho. Disponível em <https://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-jojourner-truth/>. Acesso em: 3 set 2025.
- WEISS, R.; BUENO, W. Pensar o mundo na encruzilhada: mulheres negras e a teoria social. **Civitas – Revista de Ciências Sociais**, Porto Alegre, v. 24, p. 1-11, jan./dez. 2024. DOI: <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2024.1.45093>.